REGIMENTO INTERNO Nº 001/2021 DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CRICIÚMA – CRICIUMAPREV

INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CRICIÚMA

ATOS DO CONSELHO DELIBERATIVO

Regimento Interno nº. 001/2020 do Conselho Deliberativo do Instituto Municipal de Seguridade Social dos Servidores Públicos de Criciúma - CRICIUMAPREV

O Conselho Deliberativo do Instituto Municipal de Seguridade Social dos Servidores Públicos de Criciúma – CRICIUMAPREV, elaborou, votou e aprovou o seu REGIMENTO INTERNO que publica a seguir:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Deliberativo do CRICIUMAPREV, como órgão da estrutura administrativa da autarquia, deliberativo, colegiado e paritário, com participação de representantes dos servidores ativos e inativos, do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município de Criciúma.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. O Conselho Deliberativo é composto, nos termos do parágrafo único do art. 22-A, da Lei Complementar Municipal nº. 53, de 16 de Julho de 2007, por 8 (oito) membros, sendo:

I - quatro representantes do Poder Executivo;

II - um representante do Poder Legislativo;

III - dois representantes dos servidores ativos;

IV - um representante dos servidores aposentados.

Parágrafo Único. Os membros dos Conselhos e respectivos suplentes, serão nomeados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, e serão escolhidos da seguinte forma:

I - o Presidente do Conselho Deliberativo será indicado pelo Chefe do Poder Executivo, e terá, além do seu, o voto de qualidade;

II - os representantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo serão indicados pelos respectivos Poderes;

III - os representantes dos servidores ativos e dos inativos e pensionistas serão indicados pelo sindicato de classe ou associação correspondente.

Art. 3º. Os membros dos Conselhos não serão remunerados pelo exercício dessas funções.

Art. 4º. Em havendo necessidade de substituição de Conselheiros, o suplente completará o mandato do antecessor.

Art. 5º. Os membros do Conselho não serão destituíveis *ad nutum*, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados em processo administrativo, se culpados por falta grave ou infração

punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em quatro intercaladas, no mesmo ano.

Art. 6º. Os membros do Conselho Deliberativo deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I - não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;

II - após a definição pela Secretaria da Previdência, será exigida a certificação e habilitação comprovadas, nos termos em parâmetros gerais.

CAPÍTULO III

DO MANDATO

Art. 7º. Cada membro do Conselho terá mandato de até de 2 (dois) anos, podendo-se admitir uma única recondução, pelo mesmo período.

Parágrafo Único: Cada membro do Conselho Deliberativo terá um suplente, com igual período de mandato do titular, também admitida uma recondução.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA

Art. 8º. Compete ao Conselho Deliberativo:

- a) Aprovar o Plano de Ação Anual ou Planejamento Estratégico;
- b) Aprovar e definir as políticas relativas à gestão atuarial, patrimonial, financeira, orçamentária,

- jurídica e à execução do plano de benefícios do RPPS;
- c) Aprovar o Código de Ética do RPPS;
 - d) Acompanhar as metas financeiras e atuariais e os indicadores de gestão definidos nos planos de ação;
 - e) Ter acesso aos resultados das auditorias dos órgãos de controle e supervisão e acompanhar as providências adotadas;
 - f) Deliberar sobre a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos;
 - g) Garantir o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do CRICIUMAPREV;
 - h) Solicitar a elaboração de estudos e pareceres técnicos relativos a aspectos atuariais, jurídicos, e organizacionais relativos a assuntos de interesse do RPPS;
 - i) Autorizar a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio do CRICIUMAPREV, observada a legislação pertinente;
 - j) Adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do CRICIUMAPREV;
- h) solicitar ao presidente do CRICIUMAPREV toda e qualquer informação que julgar necessária para o desempenho de suas funções.

Comentado [Autor des1]: Este dispositivo constava no Regimento Anterior e, ao meu ver não conflita com a lei atual.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES DO PRESIDENTE DO CONSELHO

Art. 9º. Constituem obrigações do Presidente do Conselho Deliberativo:

- I - assegurar a eficácia e o bom desempenho do Conselho;
- II - dirigir os trabalhos do Conselho, presidindo suas sessões;
- III - preparar, assistido pelo Secretário, a pauta das reuniões;
- IV - assegurar que os Conselheiros recebam informações completas e tempestivas sobre os itens constantes da pauta das reuniões;
- V - apurar as votações e proclamar seus resultados;
- VI - representar e intervir, em nome do Conselho;

VII - receber e dar andamento aos recursos que legalmente, forem interpostos dos atos administrativos da Autarquia;

VIII - prevenir e administrar situações de conflito de interesses ou de divergência de opiniões;

IX - dar posse aos novos Conselheiros e Suplentes convocados;

X - convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;

XI - organizar a ordem do dia das sessões, despachar e promover o rápido andamento de todos os papéis do expediente, submeter à aprovação do Conselho a ata da sessão anterior;

XII - nomear os Conselheiros que devam relatar e dar parecer sobre as matérias submetidas à apreciação e votação do Conselho;

XIII - designar Conselheiro, quando necessário para acompanhar a tramitação administrativa dos processos e projetos aprovados pelo Conselho.

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES DOS CONSELHEIROS

Art. 10. Constituem obrigações dos membros do Conselho Deliberativo:

I - apresentar-se às sessões do Conselho Deliberativo, delas participando, sendo-lhes assegurado fazer o uso da palavra, bem como, formular proposições, discutir e deliberar sobre qualquer matéria concernente às atribuições do Conselho e realizar os cometimentos inerentes ao exercício do mandato de Conselheiro;

II - desempenhar as atribuições para as quais foram designados, delas não se escusando, exceto por motivo justificado, que será apreciado pelo Conselho;

III - comunicar ao Presidente do Conselho, para providências deste, quando por justo motivo, não puder comparecer às sessões;

IV - ser fiel depositário, para efeitos legais e administrativos, de processos, papéis, documentos e outros expedientes, quando recebidos para estudos ou pareceres;

V - manter sigilo sobre toda e qualquer informação (por escrito ou debatidas em reuniões) a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, quando assim deliberadas por este Conselho;

VI - assegurar que as estratégias e diretrizes sejam efetivamente implementadas pela Administração do CRICIUMAPREV, sem, todavia, interferir em assuntos operacionais, salvo quando de sua competência ou quando estes lhe forem submetidos pela Administração do Instituto;

VII - votar com responsabilidade decidindo pelo melhor interesse do Instituto, independentemente de quem o indicou ou elegeu;

VIII - declarar a abstenção da discussão e voto, quando identificado efetivo ou potencial conflito de interesses nas decisões;

IX - fazer constar em ata de reunião do colegiado o seu voto e o motivo de sua discordância, se for o caso;

X - zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa pelo Instituto; e

XI - conhecer, cumprir e fazer cumprir o presente Regimento.

CAPÍTULO VII

DAS RESPONSABILIDADES DO SECRETÁRIO

Art. 11. Constituem obrigações do Secretário do Conselho Deliberativo:

I - organizar a pauta dos assuntos a serem tratados, com base na orientação do Presidente do Conselho e em solicitações de Conselheiros e consultas aos membros da Administração do CRICIUMAPREV, para posterior distribuição;

II - secretariar as reuniões do Conselho, assistir ao Presidente da mesa, documentar as reuniões por meio de confecção das atas, registrando nelas, resumidamente, os assuntos em pauta submetidos à discussão e/ou votação e encaminhá-las para arquivamento no RPPS, todos os meses, após a aprovação pelos Conselheiros;

III - coletar as assinaturas dos Conselheiros nas atas e listas de presenças, quando a sessão ocorrer de forma presencial;

IV - receber, registrar, distribuir e controlar os processos e documentos em tramitação no Conselho;

V - acompanhar a tramitação dos expedientes decorrentes das Resoluções do Conselho e prestar as respectivas informações atualizadas durante os informes do Conselho;

VI - organizar e manter salvaguardados os registros dos atos, as atas de reuniões e outros documentos do Conselho; e

VII - exercer outras atividades pertinentes que lhe forem solicitadas pelo Presidente do Conselho.

CAPÍTULO VIII

DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Art. 12. O Conselho Deliberativo realizará 1 (uma) sessão ordinária por mês, na última quarta-feira de cada mês.

§ 1º. O número legal para abertura das sessões e deliberações é no mínimo de 5 (cinco) membros titulares, sendo que destes pelo menos 3 (três) devem ser representantes do Município.

§2º. Poderá o Conselho Deliberativo reunir-se extraordinariamente, quando convocados os membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, pelo Presidente ou por solicitação de pelo menos 3 (três) de seus conselheiros.

3º. Na falta ou impedimento de Conselheiro nomeado, caberá ao Presidente a convocação do respectivo suplente.

§ 4º. É permitida a presença dos Conselheiros Suplentes em todas as reuniões plenárias, nas quais poderão participar e debater sem direito a voto.

§ 5º. A convocação deverá ser feita por escrito, sendo admitida a convocação por correio eletrônico (e-mail), whatsapp, ou qualquer outro meio de comunicação formal.

Art. 13. Nos casos de ausência justificada, licença ou afastamento temporário do titular do Conselho Deliberativo, o suplente deverá ser convocado para as reuniões pelo Presidente do Conselho, ou à sua ordem.

Art. 14. As sessões constarão de duas partes:

I - Expediente; e

II - Ordem do Dia.

§ 1º O Expediente destina-se à breves comunicações, à leitura de documentos recebidos ou expedidos, à distribuição de processos e ao atendimento de pedidos de informação.

§ 2º A Ordem do Dia compreende a leitura, discussão e votação das seguintes matérias:

I - resoluções, pareceres ou relatórios;

II - propostas ou requerimentos do Presidente ou dos Conselheiros;

III - assinatura dos atos do Conselho; e

IV - apreciação dos demais assuntos constantes da pauta e de outros assuntos de interesse do Conselho, que nela venham a ser incluídos por decisão do plenário.

Art. 15. As sessões terão início em hora previamente determinada, observada a tolerância de 15 (quinze) minutos.

§ 1º Se a primeira chamada não alcançar o “quórum” estabelecido no §1º do art. 12, o Presidente fará outra, meia hora mais tarde; e persistindo a insuficiência de presenças para o início da sessão, o Presidente a cancelará, designando-a para uma próxima data.

§ 2º. Em caso de cancelamento da sessão, os Conselheiros presentes assinarão, no livro de atas, um termo de comparecimento.

§ 3º Havendo o quórum previsto, a sessão será instalada pelo Presidente ou por quem possa substituí-lo na forma deste Regimento, passando-se imediatamente ao Expediente.

Art. 16. No Expediente, o Presidente também fará a leitura dos ofícios, representações, petições e demais documentos enviados à mesa, propondo-lhes o devido destino.

Art. 17. Encerrado o Expediente, passar-se-á à Ordem do Dia.

§ 1º. Iniciada a Ordem do Dia, o Presidente anunciará os itens da pauta para apreciação e seguirá imediatamente ao processo de votação de cada item, que será sempre nominal e em aberto.

§ 2º. Eventual voto divergente será redigido pelo seu prolator, se assim entender necessário, e anexado ao respectivo termo de deliberação da maioria, consignando-se o fato em ata;

§ 3º. Será considerada aprovada a matéria que obtiver votação favorável de maioria simples dos Conselheiros;

§ 4º. Em caso de empate na votação, o Presidente do Conselho, terá direito ao voto de qualidade para desempate; e

§ 5º. Votada uma matéria, esta só poderá ser objeto de reexame a pedido do Presidente da Autarquia ou por decisão do próprio Conselho.

§ 6º A pauta para a Ordem do Dia poderá ser alterada por solicitação de qualquer Conselheiro nos seguintes casos:

I - alteração na ordem dos itens da pauta;

II - retirada ou adiamento de assunto constante da pauta;

III - inclusão de assunto na pauta.

Art. 18. As decisões, atas e outros atos do Conselho serão publicados no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da aprovação.

Art. 19. As matérias administrativas e orçamentárias sujeitas à análise do Conselho deverão ser apresentadas pelo Presidente do Criciumaprev na forma e modelo solicitada pelo Conselho Deliberativo e serão encaminhadas preferencialmente ao Presidente do Conselho e serão tratadas de acordo com a seguinte sistemática:

I - Encaminhamento, pelo Presidente do Instituto, das matérias sujeitas à análise em reunião ordinária;

II - As matérias serão classificadas por ordem cronológica de entrada no protocolo e distribuídas aos demais membros, pelo Secretário do Conselho, para conhecimento; e

III. A ordem do dia, organizada pelo Secretário, será comunicada a todos os Conselheiros com antecedência mínima de sete dias, para as reuniões ordinárias, e de três dias, para as reuniões extraordinárias.

Art. 20. A convite do Presidente ou por indicação de qualquer dos conselheiros, poderão tomar parte nas reuniões do Conselho, com direito à discussão e informação, especialistas em assuntos a serem nela tratados, técnicos e servidores contribuintes.

CAPÍTULO IX

DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 21. Poderá o Conselho reunir-se extraordinariamente por convocação do seu Presidente, em atendimento a solicitação do Presidente do CRICIUMAPREV ou a requerimento de pelo menos 3 (três) de seus membros.

§ 1º. A matéria objeto da convocação para as sessões extraordinárias será levada ao conhecimento dos Conselheiros pelo Secretário, com antecedência mínima de três dias úteis da sua realização.

§ 2º. Da pauta da sessão extraordinária constará, exclusivamente, a matéria objeto da sua convocação, salvo deliberação unânime com a presença de todos os Conselheiros.

§ 3º. As sessões extraordinárias seguirão, no que couber, os ritos dispostos no Capítulo VIII.

CAPÍTULO X

DAS ATAS

Art. 22. As sessões serão registradas em atas, as quais serão disponibilizadas para fins de aprovação, oportunamente assinadas pelos presentes e posteriormente publicadas no Diário Oficial do Município.

§ 1º. As atas deverão ser disponibilizadas aos Conselheiros por meio eletrônico e por cópia reprográfica, quando solicitado.

§ 2º. As atas deverão ser assinadas em até 10 (dez) dias, após a sua disponibilização e publicadas até 7 (sete) dias das assinaturas.

§ 3º. Por deliberação do Presidente, em casos específicos, poderá ser requerida a leitura e coleta de assinaturas ao término da mesma sessão.

Art. 23. As atas das sessões do Conselho Deliberativo mencionarão:

I - o dia, o mês e o ano da sessão, assim como o local em que foi realizada;

II - o número de ordem da sessão;

- III - o nome do Presidente e de quem secretariou os trabalhos;
- IV - nome dos Conselheiros presentes;
- V - registro dos suplentes presentes;
- VI - as comunicações do Presidente;
- VII - matérias objeto de discussão ou deliberação;
- VIII - manifestações de interesse dos Conselheiros e seus votos, quando contrários à maioria, e mais o que ocorrer; e
- IX - comunicações e/ou justificativas de ausências.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. O Conselho Deliberativo reunir-se-á quando necessário com o Conselho Fiscal, se e quando em funcionamento, para tratar de assuntos de interesse comum. O Presidente do Conselho fornecerá os esclarecimentos e informações solicitados pelo Conselho Fiscal, relativos à sua função fiscalizadora.

Art. 25. As propostas de alteração deste Regimento, assim como a solução tanto das dúvidas na sua aplicação, como dos casos omissos, serão submetidas pelo Presidente aos demais membros do Conselho, em sessão, passando as decisões sobre estes assuntos, por maioria simples de votos, a fazer parte integrante deste.

Art. 26. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 01/2004.